



## A força da invasão na hierarquia das raças: discurso colonialista nos usos da Antiguidade pelo *Círculo Fustel de Coulanges* (1928-1944)

### *The Power of Invasion in the Hierarchy of Races: Colonialist Discourse in the Uses of Antiquity by the Cercle Fustel de Coulanges (1928-1944)*

Lucas Arantes Lorga<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, São Paulo / Brasil

lucaslorga1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0260-871X>

**Resumo:** Fundado na década de 1920 por um grupo de professores contrários às inovações pedagógicas da Terceira República Francesa (1870-1940), o *Cercle Fustel de Coulanges* fez da História um dos eixos centrais de sua reflexão intelectual. Embora composto por docentes de filosofia, literatura e até física, o passado – especialmente a Antiguidade – ocupava lugar privilegiado em suas formulações político-pedagógicas. O próprio nome do grupo expressa essa orientação: é uma homenagem explícita a Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), historiador metódico do século XIX e autor do célebre *A Cidade Antiga*. No entanto, se a historiografia consagrhou Coulanges por essa obra, o *Cercle* optou por resgatar textos menos conhecidos, nos quais o autor delineia um *continuum* entre o espírito latino da Antiguidade e a França medieval e moderna. Com base na teoria da recepção, este artigo propõe compreender tal apropriação não apenas como uma disputa simbólica entre germanismo e romanismo – intensificada pelas guerras de 1870, 1914-1918 e 1939-1945 –, tampouco como mera distorção do pensamento original do historiador. Busca-se, além disso, investigar os elementos colonialistas subjacentes a essa retórica. Argumenta-se que a Antiguidade foi mobilizada, implicitamente e explicitamente, como instrumento de recomposição identitária frente às feridas do revanchismo nacionalista e às contradições do discurso

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), orientado pelo Professor Glaydson José da Silva. Realizou Estágio de Pesquisa no Exterior no *Musée d'Archéologie Nationale* (MAN), em Saint-Germain-en-Laye, França, sob a supervisão do Professor Laurent Olivier. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Teoria da História e Historiografia: Márcia D'Alessio.



colonial francês – que exigia conciliar a experiência de colonizado no passado com a afirmação do papel de colonizador no presente.

**Palavras-chave:** usos do passado; recepção da Antiguidade; Fustel de Coulanges; Action Française.

**Abstract:** Founded in the 1920s by a group of teachers opposed to the educational reforms of the French Third Republic (1870-1940), the *Cercle Fustel de Coulanges* made History one of the central pillars of its intellectual reflection. Although composed of professors of philosophy, literature, and even physics, the past—especially Antiquity—occupied a privileged place in its political-pedagogical formulations. The group's very name reveals this orientation: it's an explicit homage to Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), the 19<sup>th</sup>-century methodological historian and author of the renowned *La Cité Antique*. However, while historiography consecrated Coulanges for that work, the *Cercle* chose to revive lesser-known texts in which the historian outlines a continuum between the Latin spirit of Antiquity and medieval and modern France. Drawing on reception theory, this article proposes to understand such appropriation not merely as a symbolic dispute between Germanism and Romanism—intensified by the wars of 1870, 1914-1918, and 1939-1945—nor as a simple distortion of the historian's original thought. It also seeks to investigate the colonialist elements underlying this rhetoric. It argues that Antiquity was mobilized, both explicitly and implicitly, as an instrument for reconstructing national identity in the face of wounds inflicted by revanchist nationalism and the contradictions of French colonial discourse—which required reconciling the experience of having been colonized in the past with the affirmation of France's role as colonizer in the present.

**Keywords:** uses of the past; reception of Antiquity; Fustel de Coulanges; Action Française.

## 1 Introdução<sup>2</sup>

Como historiadores, podemos, em certa medida, controlar o que escrevemos. Embora certos elementos escapem inevitavelmente à nossa intenção (Droysen, 2009, p. 56), nossos textos são predominantemente o resultado de reflexão e pesquisa deliberadas. Contudo, não podemos dizer o mesmo sobre como seremos lidos no presente ou no futuro. A leitura de uma obra envolve sempre uma fusão de horizontes – dinâmica e frequentemente conflituosa – entre o escritor, o leitor e o texto (Gadamer, 1997). Assim, em

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/01266-9.

qualquer ato de recepção, há uma ampla gama de possíveis interpretações e, mais importante, apropriações que vão além da intenção original presumida do autor (Hardwick, 2003; Martindale, 1993, 2006, 2007).

Com base nessa premissa, este artigo examina a recepção e o uso da figura e da obra do historiador Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889) pelo *Cercle Fustel de Coulanges*, um grupo de professores conservadores fundado na primeira metade do século XX. A questão central é como e por que esse grupo, por meio de sua publicação *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges* (1928-1944), escolheu como emblema um historiador do século XIX especializado na Antiguidade e na Idade Média. Para isso, o artigo analisa, em primeiro lugar, os desenvolvimentos históricos ocorridos entre a morte de Coulanges e a fundação do *Cercle*, considerando especialmente as sucessivas crises de identidade desencadeadas pelas guerras de 1870, 1914-1918 e 1939-1945. Em seguida, investiga as principais características do *Cercle*, suas motivações no contexto das políticas educacionais da Terceira República e o papel político e pedagógico que a Antiguidade desempenhou em seu programa. Por fim, aborda uma questão raramente explorada pela historiografia: para além da retórica nacionalista, a obra de Coulanges – e sua apropriação pelo *Cercle* – continha também uma dimensão colonialista? A hipótese central é que tanto o historiador do século XIX quanto o movimento de professores instrumentalizaram a Antiguidade para responder às crises de identidade geradas pelo revanchismo alemão, mobilizando, de forma explícita e implícita, elementos do discurso colonial.

## 2 Entre as Guerras: A Fragmentação da Identidade Francesa

Para compreender como um historiador que morreu em 1889 foi apropriado por um grupo reacionário a partir de 1928, é essencial analisar os acontecimentos que conectam esses dois marcadores temporais. Esta pesquisa sustenta que a recepção de Coulanges pelo *Cercle* deve ser entendida por meio da metáfora de uma escavação arqueológica. Os professores, portanto, não tiveram contato direto com as obras ou a intenção original do historiador, mas as acessaram através de camadas intermediárias de interpretação e de experiência histórica. Essas camadas, em certa



medida, ajudam a explicar como um pensador liberal como Coulanges (Wood, 1989) pôde ser reapropriado por uma tradição reacionária alinhada às ideias de Charles Maurras e da *Action Française*. No contexto desta pesquisa, centrada na identidade francesa, argumentaremos que a França do final do século XIX e do início do século XX sofreu feridas profundas em sua autoimagem nacional. É por meio dessas feridas que a recepção de Coulanges pelo *Cercle* deve ser compreendida.

A primeira dessas crises foi a única sobre a qual Coulanges pôde expressar uma opinião concreta. A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) desencadeou uma profunda convulsão na França.<sup>3</sup> A derrota rápida e humilhante sofrida pelo país em apenas um ano – denominada por Victor Hugo de “O Ano Terrível” (*l’Année Terrible*) (Hugo, 1872) – tornou-se um dos acontecimentos definidores da França do *fin de siècle*. Essa catástrofe militar contribuiu de modo significativo para a construção de uma narrativa de declínio moral, social e político durante a Terceira República Francesa (1870-1940) (Angenot, 1989, cap. 18; Digeon, 1992; Girardet, 1983, p. 14; Hartog, 2003, p. 53). Assim teve início o que Claude Digeon chamou de “a questão alemã”, isto é, “a complexa psicologia criada na opinião pública francesa pela formação da unidade alemã, sustentada pela proximidade de um novo Império” (Digeon, 1992, p. 1, tradução nossa).<sup>4</sup>

A França, é claro, já havia perdido guerras antes – como a derrota de Napoleão em 1815. No entanto, a guerra de 1870 levantou questões mais profundas sobre a continuidade dos ideais franceses. Uma vez que a França deixou de ser considerada a nação mais poderosa do continente,

<sup>3</sup> Mesmo antes de 1870, Coulanges já havia abordado temas políticos. Em *La Cité Antique* (1864), seu foco recaiu sobre a brutalidade da Revolução Francesa, os perigos da democracia, a associação do povo com a tirania – como visto no golpe de Napoleão III – e a defesa do “princípio de aristocracia” (Dosse, 2003, p. 45; Hartog, 2003, p. 63). Contudo, com *Leçons à l’Impératrice sur les Origines de la Civilisation Française* (Coulanges, 2010), concebido em junho de 1870 (Fabre, 2010, p. 23) – isto é, um mês antes do início da guerra – e, posteriormente, em *Histoire des Institutions Politiques de l’Ancienne France* (1888), sua atenção deslocou-se para a afirmação das raízes latinas do passado francês, em oposição ao legado germânico. Uma resposta precoce à chamada questão alemã.

<sup>4</sup> «Par “question allemande”, j’entends le complexe psychologique créé dans l’opinion française par la formation de l’unité allemande, et entretenu par le voisinage d’un nouvel Empire».

rompeu-se o vínculo percebido entre o destino do país e o futuro da Europa – e da própria Civilização (Digeon, 1992, p. 4). Consequentemente, muitos pensadores franceses, incluindo Fustel de Coulanges, buscaram atribuir culpados pela derrota humilhante por meio de artigos em revistas e jornais (Geary, 2005, p. 43; Hartog, 2003, p. 56-68; Jurt, 2017; Lorga, 2022). Mais do que um debate acadêmico, esses intelectuais viam a si mesmos como responsáveis não apenas por explicar a derrota, mas também por imaginar o possível renascimento da nação (Digeon, 1992, p. 4).

Segundo o próprio Coulanges, a França jamais buscara a guerra (Coulanges, 1871, p. 187-193). Contudo, dois culpados podiam ser identificados: um externo e outro interno. Quanto ao primeiro, Coulanges afirmava que a Prússia nutria uma “[...] aversão irracional, instintiva, involuntária, da qual eles mesmos não se dão conta, e que dissimulam a seus próprios olhos” (Coulanges, 1871, p. 194). Desde 1815, argumentava ele, os prussianos contestavam e desprezavam tudo o que fosse francês, menosprezando quaisquer contribuições ou virtudes que pudessem existir a oeste do Reno (Coulanges, 1871, p. 193).

Quanto ao segundo culpado, Coulanges atribuiu a derrota da França à falta de patriotismo. Segundo ele, os franceses amavam tudo o que era estrangeiro e desprezavam tudo o que era nacional. Durante anos, “Os livros alemães eram traduzidos, especialmente aqueles que exprimiam ódio à França e deturpavam sua história” (Coulanges, 1871, p. 195). A partir desse diagnóstico, Coulanges (1872, p. 244, tradução nossa) formulou uma definição de patriotismo que mais tarde seria adotada como credo tanto pelo *Cercle Fustel de Coulanges* quanto pela *Action Française*:

O verdadeiro patriotismo não é o amor do solo, é o amor do passado, é o respeito pelas gerações que nos precederam. Nossos historiadores só nos ensinam a maldizê-las, e só nos recomendam a não lhes assemelhar. Eles quebram a tradição francesa, e imaginam que permanecerá um patriotismo francês. Eles vão repetindo que o estrangeiro vale mais que a França, e se figuram que se amará a França. Há cinquenta anos, é a Inglaterra que amamos, é a Alemanha que louvamos, é a América que admiramos.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> «Le véritable patriotisme n'est pas l'amour du sol, c'est l'amour du passé, c'est le respect pour les générations qui nous ont précédés. Nos historiens ne nous apprennent qu'à les maudire, et

Como esse trecho ilustra, a Guerra Franco-Prussiana levou a uma crescente fusão entre patriotismo e consciência nacional com o nacionalismo, no qual a História desempenhou um papel central (Girardet, 1983, p. 15). Mais importante ainda, inaugurou aquilo que Raoul Girardet (1958, p. 506) denominou “nacionalismo revanchista”, marcando a identidade nacional francesa com um antagonismo duradouro em relação aos seus vizinhos alemães.

Esse nacionalismo revanchista aparece, com certas semelhanças e diferenças em relação à posição de Coulanges, nas páginas dos *Cahiers*. Para os professores, sob uma perspectiva interna, a democracia revolucionária e os impérios de Napoleão I e III eram regimes contrários às verdadeiras características da boa política francesa, que, segundo acreditavam, tinham suas raízes nas dinastias capetíngias. Devido à falta de sabedoria desses governantes, a força militar e moral da França declinou ao longo do século XIX, abrindo caminho para a unificação alemã (Gallois, 1935, p. 16; Heinrich, 1929, p. 9, 1933, p. 54-55).

Assim, sob uma perspectiva externa, a fraqueza revolucionária e democrática possibilitou a realização daquele que se tornaria um dos espectros duradouros da política francesa nas décadas seguintes: a invasão alemã e a perda de novos territórios. Como escreveu Pierre Heinrich, professor de história em Lyon, a propósito das falsidades propagadas pelos manuais franceses de história:

quando [...] Guilherme I e Bismarck se propuseram a realizar a unidade alemã sob a hegemonia prussiana, deviam encontrar em Napoleão III, imbuído de todos os princípios e de todas as quimeras da política revolucionária das nacionalidades, um cúmplice cego de sua obra de violência que nos valeu a terceira invasão do século XIX e a mutilação de nosso território (Heinrich, 1933, p. 55, tradução nossa).<sup>6</sup>

---

ne nous recommandent que de ne pas leur ressembler. Ils brisent la tradition française, et ils s’imaginent qu’il restera un patriotisme français. Ils vont répétant que l’étranger vaut mieux que la France, et ils se figurent qu’on aimera la France. Depuis cinquante ans, c’est l’Angleterre que nous aimons, c’est l’Allemagne que nous louons, c’est l’Amérique que nous admirons ». <sup>6</sup> « quand [...] Guillaume Ier et Bismarck entreprirent de réaliser l’unité allemande sous l’hégémonie prussienne, ils devaient trouver dans Napoléon III, imbu de tous les

Em resumo, como observou Albert Rivaud – professor de filosofia e Ministro da Educação Nacional sob o regime de Pétain – “De 1870 a 1914, toda a política europeia foi dominada pelo antagonismo entre a França e a Alemanha” (Rivaud, 1933, p. 21, tradução nossa).<sup>7</sup>

Após 1870, dois eventos moldaram profundamente a identidade francesa: a brutalidade devastadora da Primeira Guerra Mundial e, para a *Action Française* e o *Cercle*, o temor iminente de um novo conflito com a Alemanha. A guerra de 1914, como observa Eric Hobsbawm (2021), introduziu novas formas de combate e teve um impacto profundo – talvez sem precedentes – tanto na identidade francesa quanto na europeia. Sua brutalidade, ocorrida no próprio solo que simbolizava Civilização e Progresso, deixou cicatrizes psicológicas duradouras (Boursier, 2012, p. 221). Jay Winter (2010, p. 226) argumenta que o trauma da Primeira Guerra Mundial desencadeou um colapso simbólico da identidade europeia, levando a uma busca de sentido em meio à devastação. A noção de *shell shock* logo transcendeu sua origem médica, adquirindo uma dimensão metafísica que refletia uma desorientação cultural e psicológica mais ampla (Winter, 2000, p. 7).<sup>8</sup> Uma das respostas mais comuns a essa ruptura foi a reapropriação do passado – tanto como estratégia política quanto como refúgio psicológico (Winter, 2010).<sup>9</sup>

Mais especificamente, 1914 marcou um momento singular para a extrema direita francesa, particularmente para a *Action Française*. Se,

---

principes et de toutes les chimères de la politique révolutionnaire des nationalités, un complice aveugle de leur œuvre de violence qui nous valut la troisième invasion du dix-neuvième siècle et la mutilation de notre territoire ».

<sup>7</sup> « Depuis 1870 jusqu'à 1914, toute la politique européenne a été dominée par l'antagonisme entre la France et l'Allemagne ».

<sup>8</sup> Jay Winter afirma que essa experiência era específica do mundo anglo-saxão. No entanto, argumentamos que a transição do trauma médico para o trauma metafórico também se aplica à França, dado o impacto sociopolítico e cultural dos soldados feridos que retornavam e a falha do Estado em reintegrá-los de forma eficaz (Cabanes, 2008; Derrien, 2017).

<sup>9</sup> O panorama intelectual de 1914–1918 assemelhava-se de perto ao da guerra de 1870. Segundo Peter Schöttler, historiadores franceses, outrora admiradores de seus colegas alemães, foram abalados pela irracionalidade percebida da agressão alemã e reagiram por meio da história. Surgiu uma nova batalha intelectual – o que Schöttler chama de “segunda frente” – com a Antiguidade em seu centro (Schöttler, 1995).



durante a primeira década do século XX, o campo reacionário ainda estava delineando seu corpus teórico e sua estrutura institucional, foi com a eclosão da Primeira Guerra Mundial que surgiu o primeiro ápice de seu projeto político (Nora, 1964, p. 130-132; Weber, 1962, p. 103-127).<sup>10</sup> Nesse ambiente caótico de crescente incerteza, Maurras e seus seguidores encontraram terreno fértil para se consolidarem como uma alternativa ordenada e unificadora. Primeiro, ao alinharem-se com a ideia da *Union Sacrée* (“União Sagrada”), demonstraram que, em tempos de ameaça externa, a Nação precisava situar-se acima das disputas internas. Segundo, sua campanha contra o inimigo estrangeiro aprofundou-se progressivamente. Liderado sobretudo por Léon Daudet, o membro mais polêmico da *Action Française*, o movimento buscou vilipendiar todos os indivíduos de ascendência germânica residentes em território francês, com especial foco nos judeus (Weber, 1962, p. 103-127).

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial intensificou o espectro da invasão alemã. Para o historiador da *Action Française* Jacques Bainville, em *Les Conséquences politiques de la paix*, os acontecimentos de 1914-1918 obedeceram às leis naturais da História. A agressividade militar e o expansionismo da Alemanha – evidentes desde a anexação da Alsácia-Lorena em 1870 – eram vistos como consequências inevitáveis da unificação (Bainville, 1996, p. 51; Rivaud, 1933, p. 32). A guerra, nessa perspectiva, não era accidental, mas a expressão direta das instituições e dos costumes alemães – conceitos que Bainville adaptou de Coulanges – sustentados pela inimizade contra a França e por invasões cíclicas.

A Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel distinto. A maior parte das edições dos *Cahiers* foi publicada antes de 1939, e, após a capitulação da França em 1940, as referências à Antiguidade diminuíram drasticamente. Dos 35 textos lançados entre 1940 e 1944, apenas dois trataram da Antiguidade, e nenhum enfrentou diretamente a “questão germânica”. Em vez disso, o foco deslocou-se para a exaltação da cultura clássica no âmbito da Revolução Nacional de Pétain (Blanc,

<sup>10</sup> Edward Tannenbaum (1962, p. 148) observa que a circulação do jornal, que antes de 1914 tinha uma média de 20.000 exemplares, subiu para 36.000 em 1915 e atingiu um pico de 156.000 após Maurras e Daudet serem colocados em prisão domiciliar em 1917. Até Jacques Lacan, em sua juventude, sentiu-se compelido a buscar a sabedoria de Maurras (Joly, 2015, p. 11).



1941; Rivaud, 1942). Essa mudança provavelmente refletiu os riscos políticos de criticar a raça germânica sob a ocupação.

Ainda assim, a Segunda Guerra Mundial esteve longe de ser irrelevante para a construção da narrativa histórica francesa. Já na década de 1920, os historiadores debatiam o Artigo 231 do Tratado de Versalhes, que atribuía culpa moral pela guerra à Alemanha e à Áustria-Hungria (Cabanes, 2008, p. 44). Em 1920, Jacques Bainville previu que um novo conflito era inevitável, argumentando que o tratado não abordava a questão central: a descentralização da Alemanha. Pior ainda, reacendia o revanchismo alemão, tornando uma nova agressão apenas uma questão de tempo. Para os professores do *Cercle Fustel de Coulanges*, mesmo uma Alemanha enfraquecida permanecia uma ameaça latente a leste do Reno. Assim, estabeleceu-se um constante entrelaçamento de temporalidades, no qual passado, presente e futuro se imbricavam e influenciavam mutuamente, por vezes de maneiras assimétricas.

Em suma, entre a morte de Coulanges em 1889 e a fundação dos *Cahiers* em 1928, uma série de eventos redefiniu o significado do que era ser francês. A derrota de 1870, o trauma civilizacional da Primeira Guerra Mundial e a ameaça iminente de um novo conflito na década de 1930 marcaram rupturas profundas na identidade nacional, sempre assombrada pelo espectro da invasão alemã. É por meio dessas feridas que deve ser lida a recepção conflituosa de Coulanges pelo *Cercle*.

### **3 Cercle Fustel de Coulanges, Pedagogia e Antiguidade**

Com esses acontecimentos em mente, torna-se mais tangível compreender por que determinados setores da sociedade francesa se radicalizaram, tanto à esquerda quanto à direita. Movimentos como o *boulangisme* na década de 1880, o debate em torno do Caso Dreyfus na virada do século, a criação da *Action Française* (1899-1944) e sua consolidação ao longo das décadas de 1910 e 1920 podem ser vistos dentro desse arcabouço contextual-explicativo.

Em tal conjuntura, o *Cercle* iniciou seus trabalhos. Apesar de sua importância para a formação de um projeto pedagógico durante a França de Vichy (Gros, 2008, p. 48-67; Olivier, 1998, p. 252), os estudos que tratam especificamente do grupo ainda são escassos. Talvez sua



proximidade com a *Action Française* tenha obscurecido sua relativa independência como objeto de pesquisa. Ou, como sugere Juliette Fontaine (2022, p. 38), esse descaso pode refletir uma tentativa de esquecer a história do pensamento pedagógico conservador no início do século XX em favor de destacar posições progressistas.

Essa lacuna historiográfica é evidente até mesmo na incerteza que envolve a data de fundação do *Cercle*. Enquanto algumas fontes mencionam 1928 (Gros, 2008, p. 68; Olivier, 1998, p. 252; Weber, 1962, p. 264; Wilson, 1973, p. 133), outras indicam 1926 (Bernard, 2017, par. 13; Valenti, 2006, p. 49), e um artigo de *L'Action Française* afirma 1927 (Le Cercle [...], 1941) – posição ecoada por Fontaine (2022, p. 37, 45, 49). Até o momento, apenas Catherine Valenti (2006) e Juliette Fontaine (2022) abordaram especificamente o *Cercle* como objeto de pesquisa. Ambas oferecem análises relevantes e de alta qualidade, mas dedicam apenas o terço final de seus estudos ao grupo. Consequentemente, o *Cercle* permanece pouco estudado, e os *Cahiers* continuam sendo uma fonte rica, porém amplamente inexplorada, para compreender o ensino de história na França.

Independentemente da data exata de fundação, está bem estabelecido que o movimento foi criado por Henri Boegner, professor de filosofia e letras clássicas, e Georges Cantecor, também professor de filosofia – ambos docentes do ensino secundário (Gros, 2008, p. 68; Weber, 1962, p. 264; Fontaine, 2022, p. 46). Diferentemente da *Action Française*, o grupo tinha um objetivo mais específico: travar uma luta política dentro do campo da educação (Weber, 1962, p. 264; Wilson, 1973, p. 133).

O movimento reuniu professores universitários, primários e secundários para discutir questões relacionadas à educação. Mais do que isso, serviu como um exemplo marcante da radicalização dos debates sobre o ensino francês ao longo da década de 1930 (Fontaine, 2022). Suas principais inquietações estavam estreitamente ligadas aos temas anteriormente discutidos. Temendo a erosão da identidade francesa e o aumento das ameaças externas, o *Cercle* identificou seu principal adversário nas reformas educacionais introduzidas sob a Terceira República Francesa.

O *Cercle* tinha três preocupações centrais, sendo a primeira a secularização da educação (Fontaine, 2022, p. 48). Implementadas pelas leis Jules Ferry (1881, 1882) e pela lei René Goblet (1886), essas reformas

exigiam certificação para professores congregacionistas, substituíam o ensino religioso pela educação moral e cívica e formalizavam o caráter laico da escola. Para movimentos católicos como o *Cercle*, isso representava “uma verdadeira ofensiva destinada a eliminar a Igreja e a religião do ensino público” (Duval, 2011, p. 31, tradução nossa).<sup>11</sup> Para eles, tratava-se de nada menos do que um ataque direto a um dos princípios mais fundamentais da identidade francesa (Dufrenne, 1930).

A segunda preocupação era o controverso projeto da *École Unique*. Diferentemente do modelo tradicional – escola primária para todos e ensino secundário para a elite – a proposta visava reduzir desigualdades e democratizar o acesso à educação (Duval, 2011, p. 54-55; Fontaine, 2022, p. 48). O *Cercle* opôs-se a ela veementemente, vendo nela um produto do corporativismo democrático revolucionário que minava o que consideravam ser as hierarquias naturais da França. Para Pierre Dufrenne, fundador da *Revue de l'École* e colaborador dos *Cahiers*, a reforma não reconhecia que nem todos os segmentos da sociedade necessitavam da mesma educação destinada às elites (Dufrenne, 1930) – argumento retomado mais tarde nos escritos de Édouard Brémont sobre a educação colonial na Argélia.

A terceira e talvez mais recorrente crítica do *Cercle* dizia respeito à perda de importância das *Humanités Anciennes* e à ascensão das *Humanités Modernes*, especialmente no ensino secundário. Essa mudança ocorreu à medida que tanto a *Histoire Sacrée* quanto a Antiguidade foram gradualmente perdendo destaque no currículo da escola primária ao longo da segunda metade do século XIX, cedendo lugar à história nacional e à história moderna europeia (Bruter, 2010). Além disso, a reforma de 1902 reorganizou o ensino secundário em dois ciclos. No primeiro, os alunos podiam escolher entre duas vias, e no segundo, quatro opções estavam disponíveis. Entre esses seis percursos, dois excluíam o latim e o grego, mas ainda assim eram considerados equivalentes para a obtenção do *baccalauréat* (Duval, 2011, p. 52; Fontaine, 2022, p. 48). Nesse sentido, como observam André Chervel e Marie-Madeleine Compère, “a partir de 1880, a história das humanidades

<sup>11</sup> « Ainsi les lois laïques prennent-elles l'allure d'une véritable offensive visant à éliminer l'Église et la religion de l'enseignement public ».

clássicas é a de um longo declínio, pontuado por alguns avanços efêmeros” (Compère; Chervel, 1997, p. 166, tradução nossa).<sup>12</sup>

Em contraste, o *Cercle Fustel de Coulanges* via o ensino das *Humanités Anciennes* como a única maneira de formar os jovens para se tornarem verdadeiros cidadãos franceses e indivíduos moralmente íntegros. Maurice Godron, professor de literatura clássica (Fontaine, 2022, p. 48), enfatizava que a educação clássica não era apenas pedagógica, mas também mas também confere “a uma inteligência [...] uma superioridade incontestável sobre qualquer um, especializado precipitadamente, que não tenha se beneficiado das mesmas disciplinas!” (Godron, 1929, p. 24, tradução nossa).<sup>13</sup> Isso porque, segundo A. Debailleul, professor de inglês (Fontaine, 2022, p. 48), o pensamento clássico era representante da

[...] razão pura, da luz central do mundo, que temos ainda mais o dever de buscar e cultivar em seu estado perfeito, quanto mais este mundo se amplia, e quanto mais a bússola se torna necessária, quanto mais vasto é o oceano a percorrer (Debailleul, 1929, p. 57, tradução nossa).<sup>14</sup>

Em uma época de fragmentação identitária centrífuga, como discutido na primeira parte deste artigo, a cultura clássica era frequentemente representada como Verdade, Razão, Ordem e o próprio Centro da Humanidade. Essa força centrípeta – ou essa “bússola”, como a descreveu Debailleul – encarnava a continuidade e homogeneidade (Debailleul, 1929, p. 41), tornando-se uma referência ideal para um movimento que negava a legitimidade de todos os setores da sociedade francesa que não se enquadravam nessa definição restrita da Nação.

Mais do que o auge da civilização humana, a cultura clássica estava intimamente ligada à formação espiritual francesa. Para os

<sup>12</sup> « À partir de 1880, l'histoire des humanités classiques n'est plus que celle d'un long déclin, émaillé de quelques sursauts de courte durée ».

<sup>13</sup> « fortes humanités confèrent à une intelligence, destinée à se manifester exclusivement dans un domaine scientifique, une supériorité incontestable sur quiconque, spécialisé hâtivement, n'a pas bénéficié des mêmes disciplines ! »

<sup>14</sup> « alors qu'il s'agit évidemment de la raison pure, de la lumière centrale du monde, que nous avons d'autant plus le devoir de rechercher et de cultiver à son état parfait, que ce monde s'agrandit, et que la boussole est d'autant plus nécessaire que l'océan à parcourir est plus vaste ».

professores do grupo, a identidade francesa era inseparável do gênio greco-latino. Debailleul cunhou uma expressão recorrente e reveladora que enfatizava essa continuidade: a cultura “greco-latino-francesa” (Debailleul, 1929, p. 41; 1930, p. 20). Paul Maury, *agrégé* de letras no *Lycée Rollin*, resumiu essa ideia de forma sucinta: “Não existem humanidades francesas e humanidades greco-latinas [...] Reconhecemos apenas as humanidades” (Maury, 1932, p. 38, tradução nossa).<sup>15</sup>

Assim, eles não estudavam o mundo clássico apenas para adquirir o que havia de mais avançado no pensamento humano. Conhecer a Grécia e Roma era também conhecer a França, que carregava a responsabilidade de ser o principal bastião da civilização em uma era marcada por ideologias perniciosas. Nas palavras de Debailleul:

Nada, portanto, é mais caduco do que a filosofia do progresso, da evolução, todo esse historicismo e esse confusionismo romântico do século XIX: entre a desmesura comunista e a desmesura super-capitalista, que se encontram para nos esmagar, entre o Oriente e o Extremo-Ocidente, temos cada vez mais consciência de representar eminentemente (o que não quer dizer sozinhos) a velha civilização verdadeiramente humana, e como, mesmo geograficamente, a França é mais do que nunca central, e, ousamos dizer, o umbigo do mundo, tudo nos leva a partir dela, e de sua civilização, para restabelecer a hierarquia dos valores intelectuais e morais, que a anarquia do pré-guerra havia destruído (Debailleul, 1929, p. 61, tradução nossa).<sup>16</sup>

Podemos, portanto, afirmar que a Antiguidade se situava no cerne do projeto político-pedagógico do *Cercle*. Isso também ajuda a explicar

<sup>15</sup> « Il n'y a pas des humanités françaises et des humanités gréco-latines; il n'y a pas des humanités littéraires et des humanités artistiques. Nous ne connaissons que les humanités [...]. ».

<sup>16</sup> « rien donc n'est plus caduc que la philosophie du progrès, de l'évolution, tout cet historicisme et ce confusionnisme romantiques du XIX<sup>e</sup> siècle : entre la démesure communiste et la démesure super-capitaliste, qui se rejoignent pour nous écraser, entre l'Orient et l'Extême-Océan, nous avons de plus en plus conscience de représenter éminemment (ce qui ne veut pas dire tout seuls) la vieille civilisation vraiment humaine, et comme, même géographiquement, la France est plus que jamais centrale, et, osons le dire, le nombril du monde, tout nous porte à partir d'elle, et de sa civilisation, pour rétablir la hiérarchie des valeurs intellectuelles et morales, que l'anarchie d'avant-guerre avait détruites ».

por que Fustel de Coulanges veio a ser alçado a um dos símbolos centrais da extrema direita francesa. Segundo a historiografia, Coulanges foi retomado tanto pelo *Cercle* quanto pela *Action Française* por uma razão fundamental. Em sua *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, Coulanges parecia demonstrar que as origens da França não haviam sido contaminadas pelas invasões germânicas. Dividir a história francesa entre duas raças – os gauleses e os francos – como haviam feito os predecessores de Coulanges, tornara-se uma maneira de enquadrar a nação como engajada em uma luta perpétua. Seu argumento central em apoio a essa tese era que as instituições herdadas da conquista romana da Gália haviam estabelecido costumes e estruturas tão duradouros que os reinos francos apenas se adaptaram à ordem latina preexistente (Hartog, 2003; Valenti, 2006; Wilson, 1973). O *Cercle* sustentava que essa narrativa deveria ser ensinada nas escolas para reforçar o patriotismo e impedir a suposta “desnacionalização” dos jovens franceses.

Em suma, a Antiguidade não constituía apenas uma fonte de prestígio cultural ou um ideal educativo para o *Cercle Fustel de Coulanges*; era a própria base de sua visão político-pedagógica – um símbolo de ordem, hierarquia, clareza espiritual e continuidade nacional. Por meio da exaltação das tradições latina e grega, o *Cercle* buscava definir a essência francesa em oposição àquilo que percebia como a desintegração da sociedade moderna. Fustel de Coulanges, com sua tese de uma França romanizada e intocada pela influência germânica, fornecia o arcabouço histórico desse edifício ideológico. Mas, para além de seu uso nacionalista, podemos identificar também dimensões colonialistas nessas interpretações do passado?

#### **4 Discurso Colonial de Coulanges ao *Cercle Fustel de Coulanges***

Com tudo isso em mente, surge uma pergunta instigante: por que eles exaltavam os romanos em vez dos gauleses? Não teria sido mais fácil reivindicar a cultura dos chamados povos indígenas do território francês? Essa era, de fato, uma alternativa viável, como demonstra Camille Jullian – o discípulo mais próximo de Coulanges – que seguiu exatamente esse caminho (Nicolet, 2006, p. 226-244). Por que, então, na tentativa de enfrentar

a ameaça germânica do passado, do presente e do futuro, alguns pensadores franceses recorreram, em vez disso, à identidade latina e ao legado de Roma?

Argumentamos que a resposta a essa pergunta reside na interseção entre o nacionalismo revanchista – alimentado pelo sentimento antigermânico – e os paradoxos da lógica colonial que permearam o pensamento europeu moderno. Não se pode esquecer que, após a derrota de 1870, os franceses buscaram restaurar sua grandeza nacional mediante o desenvolvimento de um sistema, de um discurso e de uma ideologia coerente em favor da expansão colonial na África e na Ásia (Girardet, 1972, p. 21-51). Mais do que isso, segundo Raoul Girardet (1972, p. 145-201), foi o antigermanismo que levou a extrema direita francesa a abraçar o colonialismo às vésperas da Primeira Guerra Mundial. O próprio Charles Maurras reconheceu que não era coincidência o fato de a *Action Française* celebrar o aniversário de Coulanges em 1905: além de constituir um marco simbólico – o 75º aniversário de seu nascimento –, a data coincidia com a Crise Marroquina, desencadeada pelo discurso do imperador Guilherme II em Tânger, no qual ele declarava seu apoio à independência marroquina (Maurras, 1928, p. 7). Assim, o discurso colonial envolve essa leitura de Coulanges – mas de que maneiras, exatamente?

Embora não tenha escrito especificamente sobre a Antiguidade, o pensamento de Albert Memmi (2021) oferece uma chave valiosa para abordar essa questão. Segundo Memmi, a colonização moderna impôs paradoxos tanto aos colonizadores quanto aos colonizados. Os primeiros depararam-se com a dura constatação de que suas vantagens no sistema colonial não provinham da justiça, mas da usurpação. Para resolver essa contradição, tornaram-se colonialistas – isto é, buscaram justificar sua posição de domínio, seja por meio de alegações de suposta superioridade, seja por meio da missão civilizadora. Os colonizados, por sua vez, foram confrontados com a realidade brutal de uma opressão injusta. Ao tentar processar tal violência, muitas vezes procuraram assimilar-se à cultura do colonizador, internalizando a própria desumanização que lhes era imposta. Contudo, ao perceberem que tal assimilação era, em última instância, impossível dentro da lógica do colonialismo, voltaram-se contra seus opressores.

Mas o que isso tem a ver com a Antiguidade? Como veremos, tanto Coulanges quanto o *Cercle* recorreram a narrativas históricas –



particularmente à relação simbólica entre romanos e gauleses – não apenas para reafirmar a identidade francesa diante do poder alemão, mas também para lidar com os paradoxos da colonização. Ao se posicionarem simultaneamente como colonizados no passado e colonizadores no presente, usaram a História como instrumento para interpretar e reconciliar essas identidades complexas e conflitantes.

Isso porque, além de ser um império colonial, a França da segunda metade do século XIX se via confrontada com uma constatação perturbadora acerca de suas próprias origens: os gauleses, segundo todos os relatos históricos, haviam sido colonizados – primeiro pelos romanos e depois pelos povos “bárbaros” germânicos. Nesse sentido, a França parecia descender de povos subjugados, uma narrativa que contrastava fortemente com a imagem de grandeza nacional que buscava projetar. É nesse contexto que Coulanges desempenhou um papel crucial ao tentar resolver esse paradoxo.

#### 4.1 A França no Papel de Colonizada

Como já observado, uma das propostas do historiador metódico era reduzir a influência da cultura germânica na história da França, em resposta às crises identitárias provocadas pelas guerras. Contudo, tanto Coulanges quanto o *Cercle* também buscavam legitimar e normalizar a colonização romana, apresentando-a como um processo benéfico para os gauleses. Curiosamente, segmentos da elite intelectual francesa não apenas passaram a considerar a colonização um instrumento de civilização, como chegaram a aceitar a suposta desumanização dos povos indígenas.

Tal resposta refletia os padrões observados por Memmi. O chamado sujeito colonizado buscava imitar e assimilar-se à cultura do poder dominante, desvalorizando, nesse processo, as próprias origens. No *Cours Élémentaire d'Histoire de France*, por exemplo, Ernest Lavisse (1913) retratou os gauleses como um povo primitivo e selvagem. Depois de descrever seus cabelos longos, vestimentas, habitações e costumes ligados à natureza, Lavisse dizia aos alunos: “Se vocês encontrassem um homem assim na rua, ficariam bastante surpresos. Pensariam que era

um selvagem” (Lavisse, 1913, p. 2, tradução nossa).<sup>17</sup> Justamente por isso, Lavisse ensinava que povos tão primitivos teriam se beneficiado enormemente da colonização romana. Segundo ele:

Os romanos sabiam fazer muitas coisas que os gauleses não sabiam fazer. Mas os gauleses eram muito inteligentes. Eles aprenderam a fazer tudo o que os romanos faziam. Então, eles construíram belas cidades. Vestiram-se como os romanos. As crianças foram à escola para aprender a ler e a escrever, para aprender aritmética e outras coisas ainda (Lavisse, 1913, p. 8, tradução nossa).<sup>18</sup>

Jacques Bainville (1924) também reforçou essa narrativa em sua *Histoire de France*. Segundo o autor – oferecendo uma perspectiva menos conciliadora que a de Lavisse:

A essa conquista, devemos quase tudo. Ela foi dura: César havia sido cruel, impiedoso. A civilização foi imposta a nossos ancestrais pelo ferro e pelo fogo, e foi paga com muito sangue. Ela nos foi trazida pela violência. Se nos tornamos civilizados superiores, se tivemos, sobre os outros povos, uma vantagem considerável, é à força que o devemos (Bainville, 1924, p. 11, tradução nossa).<sup>19</sup>

Bainville chegou até mesmo a elogiar a capacidade de assimilação dos gauleses e a apresentar a colonização romana como o exemplo ideal de um processo civilizador. Para ele, “Eles tinham o dom da assimilação, uma aptidão natural para receber a civilização greco-latina

<sup>17</sup> « Si vous rencontriez un homme comme celui-là dans la rue, vous seriez bien étonnés. Vous croiriez que c'est un sauvage ».

<sup>18</sup> « Les Romains savaient faire beaucoup de choses que les Gaulois ne savaient pas faire. Mais les Gaulois étaient très intelligents. Ils apprirent à faire tout ce que faisaient les Romains. Alors, ils bâtirent de belles villes. Ils s'habillèrent comme les Romains. Les enfants allèrent à l'école pour apprendre à lire et à écrire, pour apprendre l'arithmétique et d'autres choses encore ».

<sup>19</sup> « À cette conquête, nous devons presque tout. Elle fut rude : César avait été cruel, impitoyable. La civilisation a été imposée à nos ancêtres par le fer et par le feu et elle a été payée par beaucoup de sang. Elle nous a été apportée par la violence. Si nous sommes devenus des civilisés supérieurs, si nous avons eu, sur les autres peuples, une avance considérable, c'est à la force que nous le devons ».



que, por Marselha e a Narbonense, havia começado a penetrá-los. Jamais colonização foi mais feliz, jamais produziu frutos mais belos, do que aquela dos romanos na Gália” (Bainville, 1924, p. 11, tradução nossa).<sup>20</sup> Essas perspectivas refletem a interiorização do colonizado descrita por Memmi – percebendo a dominação como algo positivo.

Coulanges não foi exceção, embora adotasse uma abordagem distinta. Em *Leçons à l'Impératrice*, ele ensinava à esposa de Napoleão III e à sua corte que, entre os chamados povos primitivos da Europa, havia um que se destacava: os arianos. Apesar de pouco numerosos, eles continham em estado embrionário os elementos da Civilização. Diferentemente dos povos da Oceania – que, segundo ele, só conseguiam contar até três – ou dos das Américas, que chegavam no máximo a cinco, os arianos possuíam uma aritmética avançada, uma religião moral e metafísica e a instituição da família, especialmente a monogamia (Coulanges, 2010). Os gauleses, como um ramo dessa raça, eram assim vistos como naturalmente predispostos à Civilização.

No entanto, isso não bastava. Eles de fato “[...] traziam já consigo, como elementos de civilização, primeiro a agricultura, o espírito sedentário, algumas indústrias, mas sobretudo duas grandes coisas, o sentimento religioso e a instituição da família”.<sup>21</sup> Contudo, não conseguiram realizar avanços significativos após chegarem à Gália. Segundo Coulanges:

Eles trouxeram tudo isso da Ásia: quase nada acrescentaram. Viveram uma dúzia de séculos na Gália sem que se possa assinalar grandes progressos; pois o do clã, o druidismo, não são senão desenvolvimentos muito fracos das instituições primitivas.

<sup>20</sup> « Ils avaient le don de l'assimilation, une aptitude naturelle à recevoir la civilisation gréco-latine qui, par Marseille et le Narbonnais, avait commencé à les pénétrer. Jamais colonisation n'a été plus heureuse, n'a porté plus de beaux fruits, que celle des Romains en Gaule ».

<sup>21</sup> « Nos Gaulois sont une branche de cette grande race, et nous avons vu qu'en arrivant dans ce pays ils apportaient déjà avec eux, comme éléments de civilisation, d'abord l'agriculture, l'esprit sédentaire, quelques industries, mais surtout deux grandes choses, le sentiment religieux et l'institution de la famille ».



Não creio, portanto, que uma vez na Gália tenham feito muito pela civilização (Coulanges, 1930, p. 55, tradução nossa).<sup>22</sup>

Faltava-lhes algo essencial para se desenvolverem e saírem de seu estado primitivo. Segundo o historiador, essa transformação só ocorreu com a chegada da Civilização greco-romana, “a quem devemos muito, e cujo espírito se transplantou, por assim dizer, em nosso espírito” (Coulanges, 2010, p. 55, tradução nossa).<sup>23</sup>

Coulanges delineou, assim, três possíveis cenários em resposta às invasões da Gália. Uma possibilidade era que a Gália permanecesse independente, mas continuaria no mesmo nível civilizacional de antes – à semelhança dos gauleses que se estabeleceram na Irlanda e no País de Gales, que, segundo ele, permaneceram “intelectual, moral e politicamente fracos diante da conquista inglesa” (Coulanges, 2010, p. 74, tradução nossa).<sup>24</sup> Um segundo cenário era que a Gália fosse colonizada pelos povos germânicos, cuja civilização era “quase inexistente” (Coulanges, 2010, p. 75, tradução nossa).<sup>25</sup> Nesse caso, a Gália teria herdado as instituições rudimentares e anárquicas das tribos bárbaras, que pouco produziam além de guerras internas e externas. Desta forma:

A Gália conquistada pelos germânicos teria, provavelmente, perdido suas instituições políticas e sua religião; e não teriam colocado em seu lugar nem instituições viáveis, nem religião, nem civilização (Coulanges, 2010, p. 75, tradução nossa).<sup>26</sup>

O terceiro e último cenário – o da conquista romana – foi, segundo Coulanges, o vitorioso. Roma não apenas impediu as invasões

<sup>22</sup> « Ils apportaient tout cela de l’Asie: ils n’y ont presque rien ajouté. Ils ont vécu une douzaine de siècles en Gaule sans qu’on puisse signaler de grands progrès; car le du clan, le druidisme, ne sont que de très faibles développements des institutions Primitives. Je ne crois donc pas qu’une fois en Gaule ils aient beaucoup fait pour la civilisation ». <sup>23</sup> « nous allons porter notre attention sur la Grèce, à qui nous devons beaucoup, et dont l’esprit s’est pour ainsi dire greffé sur notre esprit ».

<sup>24</sup> « combien elle est restée faible intellectuellement, moralement, politiquement avant la conquête anglaise ».

<sup>25</sup> « La civilisation était, chez eux, presque nulle ».

<sup>26</sup> « La Gaule conquise par les Germains aurait vraisemblablement perdu ses institutions politiques et sa religion; et n’auraient mis à la place ni institutions viables, ni religion, ni civilisation ».



germânicas e a destruição do povo gaulês, como também deixou um profundo legado civilizacional. A dominação romana trouxe consigo um modelo estruturado de organização política e social, além de fortes influências culturais e religiosas. Esse impacto pode ser observado em diversos aspectos, tais como:

[...] instituições, o regime da cidade, ou seja, um sistema regular de magistratura eletiva, com um Senado e assembleias populares. Como princípio político, o hábito, a disciplina. Como princípio social, a igualdade de todos perante a lei. Sua religião é bastante refinada, material sem dúvida, mas oferece ao menos a vantagem de ser favorável ao desenvolvimento da arte. Sua civilização é aquela que tomaram emprestada dos gregos, é quase a mesma que floresceu em Atenas; eles têm grandes cidades, belas construções, templos, teatros, aquedutos, estradas. Se se apoderarem da Gália, é provável que, ao se estabelecerem nela, tragam tudo isso (Coulanges, 2010, p. 75, tradução nossa).<sup>27</sup>

Por fim, para consolidar e legitimar plenamente esse processo de assimilação, Coulanges não apenas demonstrou como a dominação romana fora benéfica, mas também procurou provar que ela fora voluntária por parte dos gauleses. Segundo o historiador, não havia violência que obrigasse a população colonizada à submissão. Ao contrário, o que era digno de nota era que “a Gália, assim sujeita, tenha permanecido fiel a Roma, e não tenha reassumido sua independência [...]” (Coulanges, 2010, p. 83, tradução nossa).<sup>28</sup> Ainda mais notável, ele

<sup>27</sup> « Mais voyez ce qu'ils apportent : comme institutions, le régime de la cité, c'est-à-dire un système régulier de magistrature élective, avec un Sénat et des assemblées populaires. Comme principe politique, l'habitude la discipline. Comme principe social, l'égalité de tous devant la loi. Leur religion est assez raffinée, matérielle sans doute, mais elle offre du moins l'avantage d'être favorable au développement de l'art. Leur civilisation, c'est celle qu'ils ont empruntée aux Grecs, c'est à peu de chose près celle qui s'est épanouie à Athènes ; ils ont de grandes villes, de belles constructions, des temples, des théâtres, des aqueducs, des routes. S'ils s'emparent de la Gaule, il est vraisemblable qu'en s'y établissant, ils y apporteront tout cela ».

<sup>28</sup> « c'est que la Gaule, ainsi assujettie, soit restée fidèle à Rome, et n'ait pas ressaisi son indépendance [...] »

argumentava, era o fato de que “não foi a força que manteve o país em submissão” (Coulanges, 2010, p. 83, tradução nossa),<sup>29</sup> mas sim que “O verdadeiro motivo dessa singular docilidade da Gália em relação a Roma é que Roma lhe prestava um serviço muito grande: salvava-a da invasão germânica” (Coulanges, 2010, p. 84, tradução nossa).<sup>30</sup> Em suma: “A Gália renunciou à sua nacionalidade, à sua religião, à sua língua, ao seu nome; renunciou a tudo isso sem arrependimento, sem coerção; fez-se romana” (Coulanges, 2010, p. 93, tradução nossa).<sup>31</sup>

Vemos, então, que, na perspectiva de Coulanges, os gauleses assimilaram-se plenamente aos costumes de seus conquistadores. Mais do que um mero fato histórico, essa fusão era algo a ser celebrado. Nesse sentido, a verdadeira identidade da França não poderia ser compreendida sem o reconhecimento de seu profundo entrelaçamento com a história greco-romana – ou, de modo mais amplo, com a própria história da Civilização. Como consequência, a cultura do chamado colonizador foi inteiramente incorporada, apesar da desumanização dos povos presumidos como os habitantes originários da França.

Podemos, assim, perceber a utilidade de romper com a herança gaulesa. Mas surge outra questão: por que os romanos e não os povos germânicos, já que ambos ocuparam a posição de colonizadores? Essa preferência não é evidente, sobretudo se considerarmos que havia, na França dos séculos XVIII e início do XIX, uma forte tradição germanista, que associava a herança germânica sobretudo à liberdade e à democracia (Calvié, 1988, p. 12-20).

Voltemos a Memmi. Para ele, o colonizado se rebela ao perceber que a assimilação plena ao mundo do colonizador é, em última análise, impossível. Contudo, o Império Romano – embora simbolicamente revivido pela Itália (Assis, 2022) – carecia da presença concreta dos “bárbaros” prussianos modernos. Essa ausência permitiu aos intelectuais franceses idealizarem a assimilação gaulesa como um processo concluído e bem-sucedido. Como os romanos estavam “mortos”, nenhuma ruptura

<sup>29</sup> « Et ce n’était pas la force qui retenait le pays dans la soumission ».

<sup>30</sup> « Le vrai motif de cette singulière docilité de la Gaule à l’égard de Rome, c’est que Rome lui rendait un très grand service: elle la sauait de l’invasion germanique ».

<sup>31</sup> « Gaule a renoncé à sa nationalité, à sa religion, à sa langue, à son nom; elle a renoncé à tout cela sans regret, sans contrainte; elle s'est faite romaine ».

poderia ocorrer; a passagem da assimilação para a rebelião estava bloqueada. O mesmo não se podia dizer da herança germânica que, após 1870, tornou-se o contraponto definidor do nacionalismo francês.

Coulanges desenvolveu essa tese ao longo de toda a sua vida, de modo mais abrangente em *Histoire des Institutions de l'ancienne France*. No primeiro volume, dedicado à monarquia franca, ele perseguiu dois objetivos principais: primeiro, refutar a noção de que o reino de Clóvis era democrático ou liberal – uma crítica explícita à tradição germanista; e segundo, demonstrar que as instituições francas seguiam, em grande medida, o *modus operandi* romano, desde os títulos administrativos até estruturas centrais como a arrecadação de impostos e a organização militar (Coulanges, 1888).

Mais do que isso, Coulanges buscou mostrar que a colonização romana havia sido tão poderosa, benéfica e amplamente aceita que até mesmo os chamados bárbaros foram civilizados de forma indireta pelas instituições latinas e pelo espírito romano. Nessa perspectiva, não houve uma verdadeira colonização bárbara – apenas a chegada de novos povos a um quadro imperial ainda operativo. Como afirmou: “Os reis francos encontraram na Gália um sistema de execução administrativa que os romanos ali haviam estabelecido e ao qual as populações estavam habituadas” (Coulanges, 1888, p. 185, tradução nossa).<sup>32</sup> Portanto, trouxeram pouco ou nada de sua cultura germânica; afinal, “Esses reis [francos] não pensavam em olhar para o passado; tomaram aquilo que encontraram no presente” (Coulanges, 1888, p. 275, tradução nossa).<sup>33</sup>

Esse conjunto de teses foi a principal razão da preferência intelectual do *Cercle* por Coulanges. Georges Cantecor, fundador do grupo, expressou essa posição de forma eloquente em um artigo intitulado “*L’Intérêt National de l’Oeuvre de Fustel de Coulanges*” (O Interesse Nacional da Obra de Fustel de Coulanges). Para ele:

Os historiadores românticos, fascinados pela Alemanha, convidavam primeiramente seus leitores a um desprezo compadecido de nossa raça e da latinidade em geral. A ouvi-

<sup>32</sup> « Les rois francs trouvèrent en Gaule un système de cadres administratifs que les Romains y avaient établi et auquel les populations étaient habituées ».

<sup>33</sup> « Ces rois ne penserent pas à chercher dans le passé; ils prirent ce qu’ils trouvèrent dans le présent ».

los, o mundo galo-romano teria sido terrivelmente corrompido e absolutamente desvirilizado. Ter-se-ia desmoronado sozinho, e a velha civilização clássica da qual vivia teria desaparecido sem retorno, se os germânicos, por sorte, não tivessem invadido a Gália (Cantecor, 1930, p. 17, tradução nossa).<sup>34</sup>

No entanto, segundo Cantecor, felizmente não houve nem um enfraquecimento do espírito greco-romano nem uma verdadeira invasão germânica – isto é, nenhuma nova contribuição civilizacional teria sido acrescentada ao território da Gália. Em suas palavras:

Não houve conquista. Eis, certamente, de todas as novidades de Fustel, a mais paradoxal. Pois afinal, não é certo, não está estabelecido pelos testemunhos menos contestáveis que os germânicos ocuparam a Gália no século V e se dividiram e redistribuíram incessantemente, ao acaso das descendências, das heranças, das alianças, de suas guerras entre si e de seus tratados? Nada é mais certo, de fato, nem melhor estabelecido. Toda a questão é saber se se deve dar a essa ocupação o nome de conquista. *Esse nome, de fato, implica a ideia de um certo modo de tomada de posse, de um certo uso da coisa conquistada, de certas consequências inerentes a essa forma de ocupação, os quais modo, uso, consequência fazem precisamente falta à instalação dos germânicos na Gália* (Cantecor, 1930, p. 25, tradução nossa, grifo nosso).<sup>35</sup>

<sup>34</sup> « Les historiens romantiques, fascinés par l'Allemagne, invitaient d'abord leurs lecteurs à un mépris apitoyé de notre race et de la latinité en général. À les entendre, le monde gallo-romain aurait été effroyablement corrompu et absolument dévirilisé. Il se fût écroulé lui-même, et la vieille civilisation classique dont il avait vécu se fût évanoie sans retour, si les Germains, par bonheur, n'avaient envahi la Gaule ».

<sup>35</sup> « Il n'y a pas eu de conquête. Voilà assurément, de toutes les nouveautés de Fustel, la plus paradoxale. Car enfin n'est-il pas certain, n'est-il pas établi par les témoignages les moins contestables que les Germains ont occupé la Gaule au Ve siècle et se sont partagée et repartagée sans cesse, au hasard des descendances, des héritages, des alliances, de leurs guerres entre eux et de leurs traités ? Rien n'est plus certain en effet, ni mieux établi. Toute la question est de savoir si l'on doit donner à cette occupation le nom de conquête. Ce nom, en effet, implique l'idée d'un certain mode de prise de possession, d'un certain usage de la chose conquise, de certaines conséquences inhérentes à cette



Vemos, nessa definição, que uma verdadeira invasão implicaria uma transformação institucional e cultural do povo subjugado. Admitir, portanto, que os germanos haviam invadido a Gália seria reconhecer sua contribuição civilizacional à França – algo inconcebível para o nacionalismo revanchista do grupo. Contudo,

Fustel sentiu-se obrigado, como erudito e como patriota, a examinar de perto, nos textos e segundo o detalhe dos fatos, o que eram realmente, no século V, os galo-romanos e os germânicos, quanto a aptidões, costumes ou caráter, e *quais civilizaram e regeneraram os outros* (Cantecor, 1930, p. 17-18, tradução nossa, grifo nosso).<sup>36</sup>

Louis Dunoyer, professor de física na Sorbonne e presidente do *Cercle*, sintetizou com precisão essa ideia da hierarquia inerente entre romanização e germanização. No primeiro volume dos *Cahiers*, de 1928, Dunoyer afirmou que:

[...] Fustel mostra o quanto as paixões democráticas falsificaram as ideias sobre o que foram as invasões do século V, sobre as relações da população gaulesa romanizada com a soldadesca germânica *não conquistadora, mas hospedada pelo Império* (Dunoyer, 1928, p. 23, tradução nossa, grifo nosso).<sup>37</sup>

Essas citações – recorrentes em diversas referências feitas pelo grupo a Coulanges – revelam um ponto essencial. A convergência entre o nacionalismo revanchista e a lógica do discurso colonial tornou-se um instrumento poderoso para enfrentar tanto as crises identitárias que

---

forme d’occupation, lesquels mode, usage, conséquence font précisément défaut à l’installation des Germains en Gaule ».

<sup>36</sup> « Fustel s'est senti obligé, comme savant et comme patriote, d'examiner de près, sur les textes et d'après le détail des faits, ce qu'étaient vraiment, au Ve siècle, les Gallo-Romains et les Germains, comme aptitudes, mœurs ou caractère, et lesquels ont civilisé et régénéré les autres ».

<sup>37</sup> « Fustel montre à quel point les passions démocratiques ont faussé les idées sur ce qu'ont été les invasions du Ve siècle, sur les rapports de la population gauloise romanisée avec la soldatesque germanique non point conquérante, mais hospitalisée par l'Empire ».



fragilizavam a ideia de nação quanto o paradoxo histórico de uma França que fora, ao mesmo tempo, dominada e dominante. A escolha dos romanos como símbolo da identidade francesa, e de Coulanges como guia intelectual do movimento, não resultou do acaso, mas sim de uma estratégia político-intelectual voltada a reconciliar um passado de suposta sujeição com a necessidade de afirmar uma soberania civilizacional no presente.

Entretanto, no início desta seção, escrevemos que a França ocupava uma dupla posição dentro da dinâmica colonial e, portanto, tinha dois paradoxos a resolver: o do colonizado e o do colonizador. Teriam também Coulanges e o *Cercle* articulado Antiguidade e colonialismo de modo a apaziguar o projeto colonial?

#### 4.2 A França no Papel de Colonizadora

Como vimos, tanto Coulanges quanto o *Cercle Fustel de Coulanges* mobilizavam certos conceitos-chave em suas análises. Ao tratar da Antiguidade, concentravam-se sobretudo em categorias como “Romanização” e sua contrapartida “Germanização”, bem como “Civilização” e até mesmo “Raça”. Tendo isso em mente, não se deve ignorar o contexto intelectual em que as obras de Coulanges foram produzidas e o ambiente em que posteriormente foram recebidas. Charles Darwin havia publicado *On the Origin of Species* em 1859, cinco anos antes de *La Cité Antique*, mas ideias de evolução, competição e sobrevivência do mais apto já estavam fortemente associadas à produção acadêmica do período (Williams, 2011, p. 89-139). Assim, a década de 1860 – quando Coulanges deslocou seu foco da Antiguidade para o estudo das relações raciais na formação da França – foi marcada pela consolidação de explicações antropológicas e raciais que hierarquizavam as sociedades humanas como mais ou menos avançadas (Patou-Mathis, 2013, p. 34). Além disso, como observou com precisão Edward Said (2003, p. 11), a maior parte dos escritores proeminentes do século XIX tinha plena consciência da realidade do Império e encontrava-se profundamente imersa numa lógica racializante.

Autores como Hingley e Woolf contribuem para o estudo da historiografia da Antiguidade ao demonstrar que essas categorias possuem uma trajetória histórica própria e não refletem necessariamente

a realidade. Desde o período de expansão romana, binarismos como civilização versus barbárie e *humanitas* versus *feritas* moldaram a lógica imperial de Roma, estabelecendo uma visão hierárquica entre “Nós” e os “Outros”. Esse quadro interpretativo foi posteriormente instrumentalizado pela Modernidade, que traçou paralelos entre os processos imperiais da Antiguidade e a lógica colonial da era moderna (Hingley, 2010). Segundo Richard Hingley,

Essa idéia [sic.] poderosa foi recebida e transformada pelas potências ocidentais durante o século XIX, para justificar relações imperiais. Durante o início do século XIX, interpretou-se que Roma disseminara uma “civilização” única através de uma parte considerável do mundo, incluindo áreas que, hoje, se encontram dentro da Europa, do norte da África e do Oriente Médio. Essa idéia [sic.] forneceu um legado conceitual a ser emulado pelas nações modernas que revisitaram e reinterpretaram as ambições imperiais de Roma abrindo à Europa e, especialmente, à Europa ocidental, um precedente no que diz respeito à ambição imperial (Hingley, 2010, p. 70-71).

A obra de Coulanges oferece uma fórmula peculiar – posteriormente emulada e ampliada pelo *Cercle* em relação às colônias francesas. Como vimos, o desenvolvimento cultural gaulês avançou *pari passu* com a conquista romana. Para Coulanges, a invasão era o veículo essencial da Civilização. Ao delinear três cenários possíveis para a Gália – independência, ocupação germânica ou conquista romana – ele não deixava espaço algum para a sobrevivência cultural após a invasão. Em sua perspectiva, a conquista implicava a imposição institucional e cultural total, apagando os padrões de sociabilidade dos vencidos.

Havia também um elemento central nessa narrativa. A civilização germânica, de fato, poderia ter transmitido suas instituições e crenças à Gália. Contudo, os gauleses foram “salvos” pela chegada prévia de uma Civilização – com todo o peso que esse termo carrega – mais avançada e, portanto, mais poderosa e duradoura. Ao adotar essa posição, Coulanges reconhecia implicitamente a existência de uma hierarquia civilizacional nítida, que moldava de maneira permanente o destino e a agência dos

povos subjugados – seja para o bem, como no caso dos romanos, seja para o mal, como no caso das tribos germânicas. Contudo, inscrita na estrutura teórica da obra do historiador está uma lei quase não enunciada: o mais fraco não tem capacidade de transmitir seu modo de vida ao mais forte. Nesse quadro, não há espaço para hibridismo ou resistência significativa.

Como Woolf observou com precisão, Coulanges integrava uma tendência entre os historiadores do final do século XIX e início do século XX marcada por duas orientações:

Primeiro, a crença de que nem todas as raças tinham um potencial igual para participar da civilização; e segundo, a fé na validade absoluta dos valores da cultura europeia, vista como herdeira da civilização do mundo clássico. Ambas as ideias faziam parte do legado do imperialismo europeu [...] (Woolf, 1998, p. 5, tradução nossa).<sup>38</sup>

Enquanto em Coulanges essa relação é implícita e indireta, o mesmo não pode ser dito do *Cercle*. Isso se torna particularmente evidente ao examinarmos o artigo do general Édouard Brémond intitulado “*Choses Musulmanes et Choses d’Enseignement au Maghreb*” (Questões Muçulmanas e Questões de Ensino no Magrebe) (Brémond, 1935). Publicado em maio de 1935 e ocupando cerca de 48 das 56 páginas da edição, o texto defende explicitamente uma educação diferenciada nas colônias, fundamentada em sua formação histórica.

O artigo de Brémond situava-se em um contexto que ilumina vários dos temas centrais deste estudo. Como reiterado ao longo do texto, após a guerra de 1870, França e Alemanha engajaram-se não apenas em uma rivalidade geopolítica, mas também em um confronto intelectual no qual a História desempenhou um papel central. Como demonstrou com precisão Claude Nicolet (2006, p. 244–258), parte dessa disputa também ocorreu nas colônias africanas. A chamada “batalha pela erudição”, travada pelos franceses em territórios como Tunísia e Argélia, foi acompanhada por um vasto esforço arqueológico destinado a justificar

<sup>38</sup> First, a belief that not all races had an equal potential to participate in civilization; and second, a faith in the absolute validity of the values of European culture, seen as the heir to the civilization of the classical world. Both ideas were part of the legacy of European imperialism.

sua presença colonial. O argumento principal era que a França estaria “restaurando” a herança romana na África, completando assim a missão civilizadora iniciada pelo Império Romano na Antiguidade.

O caso do Magrebe é ilustrativo. Segundo Claude Lepelley (2016), as ruínas romanas presentes no território magrebino passaram a ser tratadas como títulos de propriedade que legitimavam o retorno da civilização por meio da colonização moderna. A história arabo-islâmica foi descartada como um vazio civilizacional, enquanto os povos supostamente autóctones – os berberes – eram apresentados como selvagens salvos pela conquista romana. Parte do projeto de Maurras e de seus seguidores, como observou com precisão Olivier Dard (2017, p. 7–9), consistia justamente em fundamentar a colonização francesa em uma união latina consolidada ao redor do Mediterrâneo. França, Itália, o mundo ibérico e a África romana formariam, assim, um bloco capaz de oferecer proteção contra a crescente influência germânica e anglo-saxônica.

Nesse sentido, o argumento de Brémont é diretamente influenciado tanto por esse contexto quanto pelo quadro interpretativo delineado por Coulanges. Ele se desdobrou em duas etapas: aproximação e distanciamento. Primeiro, o general afirmou que o Norte da África não era verdadeiramente oriental, mas enraizado no mundo helenístico. Traços como pirataria, poesia, tradição oral, educação limitada para as mulheres, haréns, arquitetura cretense-minoica e intensa religiosidade – ilustrada por figuras como Apuleio e Santo Agostinho – foram, assim, enquadrados como ocidentais. Há, nessa tese, uma curiosa mobilização de certos elementos orientalistas. Características que normalmente seriam associadas a uma visão negativa de um Oriente imaginado e excludente – construído pela lógica de alterização ocidental (Said, 2003) – são agora reaproveitadas como sinais de uma inclusão aparente. Mas o propósito permanecia o mesmo: negar a esses povos qualquer agência real e reforçar estereótipos que naturalizavam e legitimavam a dominação colonial. E o que possibilita a troca civilizacional entre sociedades? Como em Coulanges, a resposta residia na invasão.

“É geralmente admitido que o Norte da África foi invadido por massas árabes. Nada é mais impreciso” (Brémont, 1935, p. 7,

tradução nossa).<sup>39</sup> Com essa afirmação, o general começou a enumerar as invasões ocorridas no Norte da África e sustentou que as incursões ocidentais foram tanto mais numerosas quanto mais duradouras do que as muçulmanas (Brémond, 1935, p. 7-12). Ele concluiu, por fim, com uma pergunta incisiva: “Por que então recusar admitir a importância desse influxo europeu, que é certo, e acreditar numa invasão oriental que tudo desmente?” (Brémond, 1935, p. 12, tradução nossa).<sup>40</sup> Essa suposta afinidade com a cultura europeia – particularmente greco-latina – fornecia a Brémond uma justificativa para a continuidade da colonização francesa na África. Em suas palavras: “Queiram ou não, a história unirá os destinos da França e do Norte da África. A ruína de um significaria a ruína do outro” (Brémond, 1935, p. 45, tradução nossa).<sup>41</sup>

Se a cultura latina serve para unir os povos africanos à França, não se deve esquecer que o meio em que vivem os limitava (Brémond, 1935, p. 44). Portanto, não há razão para insistir em uma educação clássica para essas populações. Assim como o Império Romano fez com suas colônias, os franceses deveriam concentrar-se em oferecer instrução prática aos povos conquistados. Afinal, “aqueles que se alimentam de latim e grego morrem de fome” (Brémond, 1935, p. 36, tradução nossa).<sup>42</sup> Eles não deveriam estudar para se tornarem advogados, professores ou políticos; suas necessidades, afirmou Brémond, situam-se em outro lugar.

Podemos identificar dois fatores que ajudam a explicar o caráter abertamente colonialista desse argumento e sua conexão com o discurso indireto de Coulanges e do *Cercle*. Primeiro, Brémond utilizou a cultura greco-latina para justificar a invasão e a ocupação do Norte da África pelos franceses, ao mesmo tempo em que negava a essas populações uma educação clássica – que o próprio *Cercle* defendia como a melhor educação possível – em favor de uma abordagem de aprendizagem prática. A Antiguidade foi,

<sup>39</sup> « Il est communément admis que l’Afrique du Nord a été envahie par des masses arabes. Rien n’est plus inexact ».

<sup>40</sup> « Pourquoi donc se refuser à admettre l’importance de cet afflux européen, qui est certain, et croire à une invasion orientale que tout dément ? »

<sup>41</sup> « Qu’on le veuille ou non, l’histoire a lié les sorts de la France et de l’Afrique du Nord. La ruine de l’une serait la ruine de l’autre ».

<sup>42</sup> « Ceux qui, nourris de latin et de grec, son morts de faim ».



assim, instrumentalizada como um meio de aproximar essas populações para fins de dominação e afastá-las para fins de domesticação.

Em segundo lugar, observamos um eco na narrativa histórica das invasões romanas e bárbaras na Gália. A discussão é a mesma, quando analisada mais de perto: uma população indígena, seja berbere ou gaulesa, é invadida pelos romanos e passa por um significativo progresso civilizacional. Com a queda do Império, bárbaros – sejam muçulmanos ou germânicos – invadem o território. Contudo, a força da cultura e das instituições greco-latinas é tão poderosa que, mesmo com a troca de governantes, permanece apenas uma verdadeira origem para aquele território. Nessa lógica formal, as variáveis podem mudar, mas a conclusão será sempre a mesma: o progresso só é concedido por meio das invasões de civilizações e raças mais avançadas, com a cultura greco-latina no auge dessa hierarquia.

## 5 Conclusão

A análise de Fustel de Coulanges e do *Cercle Fustel de Coulanges* revela como o discurso histórico pode ser estrategicamente mobilizado em momentos de ruptura nacional. Mais do que uma mera reapropriação intelectual, o uso da Antiguidade serviu, em ambos os casos, como uma ferramenta para reconstruir uma identidade abalada, buscando estabilidade simbólica no rescaldo de derrotas militares e desorientação social. A figura do conquistador romano – racional, ordenado, civilizador – foi oposta à imagem do caos germânico, permitindo que Coulanges e o *Cercle* projetassem uma narrativa purificada das origens francesas, enraizada na continuidade latina.

No entanto, essa narrativa não respondeu apenas ao nacionalismo revanchista; ela também forneceu uma estrutura através da qual as contradições do colonialismo francês podiam ser negociadas. Ao retratar a dominação romana como voluntária e civilizadora, e ao equiparar os gauleses aos povos colonizados do mundo moderno, o *Cercle* naturalizou a hierarquia civilizacional que sustentava a ideologia colonial.

Esse duplo posicionamento – colonizado na memória e colonizador no presente – revela os profundos paradoxos embutidos na



construção da identidade nacional francesa. Ao confrontar as feridas deixadas pela derrota, ocupação e fragmentação interna, tanto Coulanges quanto o *Cercle* encontraram no passado antigo não apenas uma fonte de legitimidade, mas um instrumento político para reconciliar dominação com dignidade. Os usos da Antiguidade, portanto, devem ser lidos não como ecos neutros do passado, mas como agentes ativos na produção ideológica do império, da identidade e do significado histórico.

## Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao Professor Glaydson José da Silva (UNIFESP) por sua constante orientação ao longo desta pesquisa. Agradeço também ao Professor Laurent Olivier (*Musée d'Archéologie Nationale*), que abriu meus olhos para caminhos que eu nunca havia imaginado neste projeto, e à Professora Sabina Loriga (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*), cujas lições levarei comigo para sempre. Sou igualmente grato à UNIFESP e ao *Musée d'Archéologie Nationale* pelo apoio institucional, e à FAPESP pela assistência financeira que tornou possível a realização desta pesquisa.

## Referências

- ANGENOT, M. 1889: un état du discours social. Longueuil: Éd. du Préambule, 1989.
- ASSIS, A. A. Augusto de Prima Porta: sentidos e construções. *Gaia*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 98-103, 2022.
- BAINVILLE, J. *Histoire de France*. Paris: Arthème Fayard, 1924.
- BAINVILLE, J. *Les conséquences politiques de la paix*. Paris: Godefroy de Bouillon, 1996.
- BERNARD, G. Roma aeterna : l'Antiquité romaine et l'extrême droite française. *Cahiers d'histoire – Revue d'histoire critique*, n. 135, p. 147-166, 1 juin 2017.
- BLANC, M. Retour aux humanités Classiques: École du Patriotisme: L Maréchal pétain rend la France à sa Tradition. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 12, n. 2, p. 33-61, nov. 1941.



BOURSIER, J.-Y. Guerre, traumatisme et récit. *Cliniques méditerranéennes*, v. 86, n. 2, p. 219-228, 1 oct. 2012.

BRÉMOND, É. Choses Musulmanes et Choses d'Enseignement au Maghreb. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 7, n. 4, p. 1-48, mai 1935.

BRUTER, A. L'enseignement de l'histoire nationale à l'école primaire avant la IIIe République. *Histoire de l'éducation*, n. 126, p. 11-32, avril 2010.

CABANES, B. Les vivants et les morts : la France au sortir de la Grande Guerre. In: AUDOIN-ROUZEAU, S.; PROCHASSON, C. (org.). *Sortir de la Grande guerre: le monde et l'après-1918*. Paris: Tallandier, 2008.

CALVIÉ, L. Liberté, libertés et liberté (s) germanique (s) : une question franco-allemande, avant et après 1789. *Mots: Les langues du politique*, v. 16, n. 1, p. 9-33, 1988.

COMPÈRE, M.-M.; CHERVEL, A. Les humanités dans l'histoire de l'enseignement français. *Histoire de l'éducation*, v. 74, n. 1, p. 5-38, 1997.

COULANGES, N. D. F. de. De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne depuis cinquante ans. *Revue des Deux Mondes* (1829-1971), p. 241-251, 1872.

COULANGES, N. D. F. de. Ensaio histórico sobre a guerra e a Comuna. In: HARTOG, F. (ed.). *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução: Roberto Cortes De Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 183-223.

COULANGES, N. D. F. de. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. La monarchie franque. Paris: Hachette, 1888.

COULANGES, N. D. F. de. *La Cité Antique*: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome. 2. ed. Paris: Hachette, 1864.

COULANGES, N. D. F. de. *Leçons à l'impératrice sur les origines de la civilisation française*. Reims: Les Éd. de l'Infini, 2010.

DARD, O. Charles Maurras, le fascisme, la latinité et la Méditerranée. *Cahiers de la Méditerranée*, n. 95, p. 59-70, déc. 2017.

DEBAILLEUL, A. Humanités Gréco-Latinas et Humanisme Nouveau: Le surmenage et "La Grande Pitié des Elèves de France" (suite). *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 2, n. 2, p. 1-35, déc. 1930.



DEBAILLEUL, A. La Formation de l'Élite. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 1, n. 6, p. 1-15, juil. 1929.

DERRIEN, M. "Entrenched from Life": The Impossible Reintegration of Traumatized French Veterans of the Great War. In: CROUTHAMEL, J.; LEESE, P. J. (org.). *Psychological Trauma and the Legacies of the First World War*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 193-214.

DIGEON, C. *La crise allemande de la pensée française (1870-1914)*. Paris: Presses universitaires de France, 1992.

DOSSE, F. *A História*. Tradução: Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.

DROYSEN, J. G. *Manual de Teoria da História*. Tradução: Sara Baldus; Júlio Bentivoglio. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

DUFRENNE, P. L'école unique pour la formation des maîtres. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 2, n. 4, p. 1-48, janv. 1930.

DUVAL, N. *Enseignement et éducation en France*: Nouveauté du XVIII<sup>e</sup> siècle à nos jours. Paris: Armand Colin, 2011.

FABRE, P. Introduction. In: FUSTEL DE COULANGES, N. D. *Leçons à l'impératrice sur les origines de la civilisation française*. Reims: Les Éd. de l'Infini, 2010. p. 23-28.

FONTAINE, J. Aux origines du Cercle Fustel de Coulanges: Une histoire sociale des idées éducatives conservatrices au début du XX<sup>e</sup> siècle (1898-1932). *Revue française de pédagogie*, n. 214, p. 37-52, 1 juil. 2022.

GADAMER, H.-G. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GALLOIS, D. Note sur l'Enseignement de la Littérature ancienne. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 7, n. 5, mai 1935.

GEARY, P. *O Mito das Nações*: a invenção do Nacionalismo. São Paulo, SP: Conrad, 2005.

GIRARDET, R. *L'idée coloniale en France*: de 1871 à 1962. Paris: Hachette littératures, 1972.

GIRARDET, R. *Le nationalisme français : anthologie, 1871-1914*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.



GIRARDET, R. Pour une introduction à l'histoire du nationalisme français. *Revue française de science politique*, v. 8, n. 3, p. 505-528, 1958.

GODRON, M. Les Langues anciennes et la Démocratie. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 2, n. 6, p. 16-24, juin 1929.

GROS, G. *Philippe Ariès (1914-1984)*: Un traditionaliste non-conformiste, de l’Action française à l’École des hautes études en sciences sociales. Lille: Presses universitaires du Septentrion, 2008.

HARDWICK, L. *Reception Studies*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

HARTOG, F. *O século XIX e a história*: o caso Fustel de Coulanges. Tradução: Roberto Cortes De Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HEINRICH, P. Ce que les manuels ne disent pas. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 5, n. 3, p. 21-44, mars 1933.

HEINRICH, P. L’Enseignement de l’Histoire et la Démocratie. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 2, n. 3, p. 1-10, févr. 1929.

HINGLEY, R. *O Imperialismo romano*: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HUGO, V. *L'année terrible*. Paris: Librairie nouvelle, 1872.

JOLY, L. *Naissance de l’Action française*: Maurice Barrès, Charles Maurras et l’extrême droite nationaliste au tournant du XXe siècle. Paris: Grasset, 2015.

JURT, J. Deux conceptions de la nation : le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871. *Procès-Verbaux et Mémoires, Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté*, v. 203, p. 41-58, 2017.

LAVISSE, E. *Histoire de France* : cours élémentaire. Paris: A. Colin, 1913.

LE CERCLE Fustel de Coulanges. *L’Action Française*. August 10, 1941. Available at: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7681325/f4>. Accessed on: Oct. 14, 2023.

LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, v. 1, n. 1, p. 418-437, 2016.



LORGA, L. A. Ecos Políticos na Historiografia. *Revista História em Reflexão - Revista Eletrônica*, v. 16, p. 163-188, 2022.

MARTINDALE, C. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, C.; THOMAS, R. F. (org). *Classics and the Uses of Reception*. Malden, MA; Oxford: Blackwell Pub, 2006. p. 1-14. (Classical Receptions).

MARTINDALE, C. Reception. In: KALLENDORF, C. (org.). *A Companion to the Classical Tradition*. Malden, MA: Blackwell, 2007. p. 297-312. (Blackwell Companions to the Ancient World Literature and Culture).

MARTINDALE, C. *Redeeming the Text*: Latin Poetry and the Hermeneutics of Reception. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1993.

MAURRAS, C. La Bagarre de Fustel ou Les Débuts de la Ligue d’Action Française. *Les Cahiers d’Occident*, p. 5-108, 1928.

MAURY, P. La place à faire aux arts dans les Humanités. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 4, n. 5, p. 25-67, avril 1932.

MEMMI, A. *The Colonizer and the Colonized*. London: Profile Books, 2021.

NICOLET, C. *La fabrique d'une nation*: La France entre Rome et les Germains. Paris: Perrin, 2006.

NORA, P. Les deux apogées de l’Action française. *Annales – Histoire, Sciences Sociales*, v. 19, n. 1, p. 127-141, févr. 1964.

OLIVIER, L. L’archéologie française et le Régime de Vichy (1940–1944). *European Journal of Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 241-264, 1998.

PATOU-MATHIS, M. De la hiérarchisation des êtres humains au « paradigme racial ». *Hermès*, v. 66, n. 2, p. 30, 2013.

RIVAUD, A. Culture et Civilisation. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 13, n. 1, p. 1-16, avril 1942.

RIVAUD, A. La Situation présente em Allemagne. *Cahiers du Cercle Fustel de Coulanges*, anné 5, n. 3, p. 21-44, 1933.

SAID, E. W. *Orientalism*. Facsim. ed. London: Penguin, 2003.

SCHÖTTLER, P. The Rhine as an Object of Historical Controversy in the Inter-war Years: Towards a History of Frontier Mentalities. *History Workshop Journal*, v. 39, n. 1, p. 1-22, 1 Mar. 1995.



TANNENBAUM, E. R. *The Action Française*: Die-hard Reactionaries in Twentieth-Century France. Nova York: John Wiley and Sons, 1962.

VALENTI, C. L'Action française et le Cercle Fustel de Coulanges à l'école de l'Antiquité (première moitié du xxe siècle). *Anabases*, n. 4, p. 49-64, 1 oct. 2006.

WEBER, E. *Action Française*: Royalism and Reaction in Twentieth-Century France. California: Stanford University Press, 1962.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILSON, S. Fustel de Coulanges and the Action Francaise. *Journal of the History of Ideas*, v. 34, n. 1, p. 123, Jan. 1973.

WINTER, J. Shell-Shock and the Cultural History of the Great War. *Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, p. 7-11, Jan. 2000.

WINTER, J. *Sites of Memory, Sites of Mourning*: The Great War in European Cultural History. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

WOOD, E. M. *Peasant-Citizen and Slave*: The Foundations of Athenian Democracy. London; New York: Verso, 1989.

WOOLF, G. *Becoming Roman*: The Origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Submetido em: 31/05/2025

Aprovado em: 31/10/2025